



Edição independente: um campo de pesquisa em construção

Independent edition: a research field under construction

Edición independiente: un campo de investigación en construcción

Flávia Denise de Magalhães*

Paula Renata Moreira**


Literatura e autoria, edição e editor, livro: palavras e agrupamentos que pertencem ao mesmo campo semântico, foram construídos lentamente e são comumente entendidos como práticas e artefatos antigos, praticamente sinônimos de perenidade. O que é também comum a essas palavras e agrupamentos é a percepção – em análises mais superficiais – de que são construções milenares, surgidas na Antiguidade. Se é possível argumentar que a presunção possa se sustentar ao falarmos de livro, no sentido de conjunto de textos em rolo ou encadernados, e de literatura, no sentido mais amplo, incluindo a tradição oral, o mesmo não se aplica a autoria, edição e editor.

A concepção atual¹ de edição é consolidada com a mercantilização do livro, após a popularização da prensa de tipos móveis de Gutenberg, no século XV, como expõem em profundidade os historiadores Lucien Febvre e Henry-Jean Martin (2017). Para o historiador Roger Chartier (1998, p. 50-65), as figuras do autor e do editor foram consolidadas bem depois, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente.

Acerca da “edição” – uma das palavras que usamos para compor o tema deste dossiê –, temos uma prática com mais de 500 anos. Dada a idade desse procedimento e a extensa lista de obras que sofreram processo de consagração após a necessária etapa editorial, seria compreensível entendê-la como antiga, perene e intrinsecamente ligada a uma noção de legitimação. Isso é, se evitássemos qualquer análise de sua história. A prática da edição é marcada por grandes mudanças, como as ocasionadas pela gradual perda de poder e monopólio da Igreja e da monarquia e a emergência da classe burguesa e sua lógica capitalista, que democratiza o conhecimento e impulsiona um rearranjo social, político e econômico (Bragança, 2005).

Em outras palavras, por vezes o fruto da edição é legitimado e entra para o cânone, mas a edição em si é uma prática marcada por lutas e dificuldades típicas de um negócio, que existe dentro de um mercado, com o agravante de ser um negócio ligado às artes, que impõem regras próprias e muitas vezes contrárias àquelas do capitalismo.

Considerando o desenvolvimento histórico da edição, não é surpreendente a constatação de que a pesquisa em edição seja recente, em especial no Brasil, onde a própria prática da publicação era proibida até 1808.² Quando então direcionamos o olhar para a edição independente, que só começa a surgir a partir da consolidação tanto da prática editorial quanto das figuras de autor e editor, o aspecto histórico mostra-se ainda mais limitado, posto que recente.

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.  [Orcid.org/0000-0003-4028-408X](https://orcid.org/0000-0003-4028-408X). E-mail: flavia.denise@gmail.com

** Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG), Belo Horizonte, MG, Brasil.  [Orcid.org/0000-0001-8421-48982033](https://orcid.org/0000-0001-8421-48982033). E-mail: natamoreira@gmail.com

¹ Não por acaso usamos “concepção atual” ao citar as datas. Obviamente, havia criadores para o que chamamos de literatura antes dessa data, mas não eram necessariamente autores no sentido que entendemos hoje. Aplicar o termo à história sem distinguir entre os regimes de existência seria desconsiderar suas nuances. Para se aprofundar na atual compreensão de autor, ver Foucault (2006), Barthes (2004) e Chartier (2014). O mesmo se adota para edição e editor. Livros criados antes da data apontada passaram por processos próprios, mas dada a concepção de edição atual, chamar esse processo de edição acriticamente seria desconsiderar os eventos que revolucionaram não só o livro, como o mundo, a partir das datas apontadas. Para se aprofundar nessa história, ver Fischer (2006).

² Data da chegada da família real portuguesa ao país, que trouxe consigo a Imprensa Régia e anulou a proibição existente à impressão.

Importante enfatizarmos, mesmo que brevemente, o independente – a outra palavra que usamos para compor o tema deste dossiê. É um termo de significado intuitivo claro, que remete à autonomia, à liberdade criativa e a uma oposição a algo, mas que desaparece entre suas muitas camadas quando há tentativas de defini-lo satisfatoriamente.³ Para uma visão panorâmica, possivelmente seja mais interessante salientarmos a posição e oposição daqueles que se declaram “independentes” aos campos literário e editorial.

As lutas de definição (ou de classificação) têm como aposta *fronteiras* (entre os gêneros ou as disciplinas, ou entre os modos de produção no interior de um mesmo gênero), e, com isso, hierarquias. Definir as fronteiras, defendê-las, controlar as entradas, é defender a ordem estabelecida no campo. Com efeito, o aumento do volume da população dos produtores é uma das mediações principais através das quais as mudanças externas afetam as relações de força no seio do campo: as grandes alterações nascem da irrupção de recém-chegados que, apenas como resultado de seu número e de sua qualidade social, introduzem inovações em matéria de produtos ou de técnicas de produção, e tendem a impor ou pretendem impor em um campo de produção que é para si mesmo seu próprio mercado, um novo modo de avaliação dos produtos (Bourdieu, 1996, p. 255).

A observação do sociólogo – sobre as lutas pela definição de fronteiras dentro de um campo, sobre disputas pelo poder de definir o que é parte do campo e o que não pode ser considerado como parte dele, sobre a possibilidade de criar e impor modos próprios de produção, de avaliação de produtos e de valoração – dá uma noção não do que significa o termo independente, mas de seu regime de existência, marcado pela tomada de posição, pela oposição e pela luta pelo poder de definição das regras do campo.

Essas lutas são próprias desse espaço, não sendo restritas ao chamado “independente”. A questão aqui é que o independente parece reconhecer essas disputas como característica fundadora de um modo de fazer, enquanto aqueles agentes que ocupam posição central no campo editorial – que observamos ser formado por diversos microcampos – tendem a trabalhar pelo apagamento de conflitos e pela consolidação de um poder de definição que já lhes pertence.

Assim, propor a temática da edição independente para este dossiê é intentar reunir pesquisas sobre um tema cuja historiografia ainda está sendo escrita. É trazer à tona pontos nodais do dito campo editorial, que é definido por sua dupla natureza – mercantil e literária (Bourdieu, 2018) –, suas lutas por definição, bem como pelo poder de consagração. É sugerir um recorte do campo editorial cujas fronteiras são tão intuitivamente claras quanto conceitualmente elusivas. No entanto, propor edição independente como tema deste dossiê é também reconhecer a existência de um movimento contínuo, que ganha força. É observar que a irrupção de recém-chegados aos campos editorial e literário é volumosa, introduz inovações e propõe grandes alterações que estão em linha não somente com questões da edição ou da literatura, mas com profundas mudanças da sociedade, como a globalização, a tecnologia digital e o excesso de informação.

O conjunto de textos que passou pelo crivo da seleção da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* reflete algo da complexidade por trás do que entendemos como edição independente.

Em “Padê Editorial e Nega Lilu: representatividade feminina no mercado”, são apresentadas as práticas de duas casas editoriais do campo independente, ambas dirigidas por mulheres. No caso da Padê, a construção do catálogo é orientada para a publicação de mulheres lésbicas, bissexuais, transsexuais e transgêneros, com especial atenção para a autoria negra. Já a Nega Lilu opta por uma prática de descentralização. Situada em Goiânia, sua editora, Larissa Mundim, age para a visibilização de produtores fora do eixo Rio-São Paulo, especialmente aqueles localizados em Goiás.

Já no artigo “Editoras cartoneras e a literatura fora do cânone: um olhar crítico para as margens do mundo editorial”, traça-se um panorama da rede internacional de editoras cartoneras, a partir de Eloísa Cartonera. As editoras cartoneras, como se sabe, produzem livros a partir de papelão descartado, agindo, com sua prática, para ressituar a questão do consumo, da sustentabilidade e, mais amplamente, do próprio fazer editorial.

³ Para se aprofundar no termo “independente” e seu significado, ver Araújo (2013) e Muniz (2016).

“Livros do Mal: da publicação virtual à autolegitimação editorial” tem como foco a editora porto-alegrense, com relato de seu histórico a partir do *e-zine CardosOnline* e uma breve revisão dos nove títulos publicados pela casa editorial. Criada por um grupo jovem, à época sem espaço em casas consolidadas do campo, a Livros do Mal é um experimento de autopublicação que conseguiu legitimar seus autores no campo.

Em “Livros para infâncias diversas: casos de editoras independentes da Argentina e do Brasil”, a questão fulcral da edição independente – a bibliodiversidade – encontra o tópico da diversidade sexual. Analisam-se, então, projetos de editoras independentes argentinas e brasileiras cujas produções enfatizam as questões de gênero – especialmente a temática trans – voltadas para público infantil.

“Redes da literatura em portunhol: existência e pluralidade como expressão da fronteira”, por sua vez, traz à cena as redes latinoamericanas para pensar a experiência da fronteira. Por meio das obras *Triple frontera dreams* (2012), do escritor brasileiro Douglas Diegues, *Xirú* (2010), do paraguaio Damián Cabrera, e *Viralata* (2015) do uruguaio Fabián Severo, avalia-se o portunhol como recurso literário e as publicações por meio de editoras independentes.

Em “Por una sociología del espacio editorial: el caso de César Aira y Beatriz Viterbo”, a trajetória do escritor César Aira é pensada em relação à sua consagração, especialmente relacionada à existência da editora Beatriz Viterbo. Para a discussão, parte-se da sociologia da literatura e da relação entre espaços regidos por lógicas diferentes: a academia e o mercado editorial.

Por fim, “O livro como forma de arte: a contribuição de Julio Plaza na produção e teorização do livro de artista no Brasil” apresenta e analisa a contribuição de Julio Plaza ao entendimento brasileiro de marginal (aqui entendido como independente) e à conceituação e teoria do livro de artista. Caminhando na fronteira entre arte, literatura e edição, o livro de artista é um exemplo de produção feita fora da lógica do mercado e que, não raro, é reconhecida e aclamada pelo campo.

Não há dúvidas. A criação, a edição e a circulação da literatura brasileira dita “independente” passam por um momento de efervescência – ou pelo menos assim se encontrava imediatamente antes do advento da pandemia do novo coronavírus. O crescente número de autores autopublicados, editoras de pequeno porte e encontros dedicados ao livro e à literatura, como feiras, festas e festivais literários, são indícios de uma movimentação profunda no campo editorial. Em que pese o arrefecimento dos eventos ligados a aglomerações, a cena permanece criativa e em movimento. Tal conjuntura possibilita o surgimento de espaços, tanto para publicação quanto para recepção, de autores e obras que não estão em conformidade com as práticas mais estabelecidas do mercado editorial. Esse não é um universo temporário, mas contínuo, em que lutas de definição espelham e marcam o caminhar da humanidade.

Referências

ARAÚJO, Pablo Guimarães (2013). *Uma tecnologia na mão e uma ideia na cabeça: pequenas editoras, autores independentes e as novas possibilidades de publicação de livros*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BARTHES, Roland (2004). A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. p. 57-64.

BOURDIEU, Pierre (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre (2018). Uma revolução conservadora na edição. Tradução de Luciana Salazar Salgado e José de Souza Muniz Júnior. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 39, p. 198-249, maio/ago.

BRAGANÇA, Aníbal (2005). Sobre o editor: notas para sua história. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez.

CHARTIER, Roger (1998). *A aventura do livro: do leitor ao navegador – Conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp.

CHARTIER, Roger (2014). *O que é um autor? Revisão de uma Genealogia*. Tradução de Luzmara Curcino e Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos: Edufscar.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henry-Jean (2017). *O aparecimento do livro*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp.

FISCHER, Steven Roger (2006). *História da Leitura*. Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: Unesp.

FOUCAULT, Michel (2006). O que é um autor. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. São Paulo: Forense. p. 264-298.

MUNIZ JÚNIOR, José de Souza. *Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.